



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Requer Nota de Repúdio às
ações do Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra
(MST) no chamado "Abril
Vermelho".*

Senhor **Presidente**,

Requeiro a Vossa Excelência, com fulcro no artigo 117 do RICD, por esta douta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural que seja aprovada Nota de Repúdio às ações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante o chamado "Abril Vermelho", caracterizadas por invasões de propriedades privadas e públicas, bloqueios de vias e ocupações ilegais em diversos Estados do Brasil.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO



**NOTA DE REPÚDIO**

O Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES), vem, por meio deste, manifestar veemente repúdio às ações empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no contexto do chamado "*Abril Vermelho*", caracterizadas por invasões de propriedades privadas e públicas, bloqueios de vias e ocupações ilegais em diversos Estados do Brasil.

Isto porque, sob o pretexto de pressionar o governo federal por avanços na pauta da reforma agrária, o MST anualmente vem desencadeando verdadeira onda de invasões e atos de desordem em vários Estados brasileiros, numa demonstração clara de afronta ao Estado de Direito, ao direito de propriedade e à paz social no campo. Trata-se de movimento criminoso articulado, que tem ultrapassado qualquer limite aceitável de convivência democrática, com ações que amoldam a insurreição institucional.

No Espírito Santo, militantes invadiram área da empresa Suzano, no município de Aracruz, numa operação que envolveu cerca de mil mulheres vindas de quatro Estados diferentes, paralisando as atividades produtivas da empresa e intensificando um conflito já existente. No Ceará, mais de 200 famílias invadiram terras da União em Limoeiro do Norte, colocando em risco um dos principais polos agrícolas da região. Na Bahia, cerca de 300 famílias ocuparam propriedades na região da Chapada Diamantina, enquanto 600 militantes interditaram a BR-101 no extremo sul do Estado, causando transtornos logísticos e insegurança à população.

A ofensiva do MST não se restringe ao campo. Em Alagoas, o movimento ocupou a superintendência do INCRA em Maceió, obstruindo os trabalhos do órgão público responsável pela política agrária. Em São Paulo e no Mato Grosso, militantes tomaram espaços





dentro das Assembleias Legislativas, tentando impor, à força, suas demandas e visões ideológicas.

Ao invés de condenar tais práticas, o governo federal tem adotado postura alarmantemente covarde e complacente. O presidente Lula recebeu lideranças do MST no Palácio do Planalto, legitimando, na prática, os métodos utilizados pelo movimento. A Ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também se reuniu com os invasores. Em vez de defesa da ordem e do respeito às instituições, vê-se um Estado ajoelhado diante de quem agride a Constituição. Lula ao estender a mão aos que pisam na Constituição, compromete não apenas a autoridade do cargo que ocupa, mas o pacto social que sustenta esta nação. A cada fazenda invadida, a cada estrada interditada, a cada prédio público tomado, não é apenas o produtor rural que está sendo atacado — é o próprio Brasil que está sendo desrespeitado.

Não se nega a importância do debate sobre a reforma agrária. Todavia, não se faz justiça social com desordem. Não se promove reforma agrária com coerção. E não se constrói uma nação próspera com base na destruição do Estado de Direito. Portanto, o que se condena, com firmeza, são os métodos criminosos do MST. A invasão de propriedades privadas e públicas, o bloqueio de estradas, o impedimento do funcionamento de órgãos do Estado e a ameaça constante ao produtor rural não são formas legítimas de reivindicação, mas sim expressões ilícitas de intimidação política.

Diante do exposto, em nome do setor produtivo rural brasileiro e em defesa da legalidade e da segurança no campo, expressamos repúdio categórico às ações do *Abril Vermelho* promovidas pelo MST. O Brasil precisa de paz, ordem e trabalho — não de invasões, chantagens e delinquência. Que o governo federal deixe de se acovardar e cumpra seu dever constitucional de garantir o império da lei em todo o território nacional, honrando a coragem silenciosa de





milhões de brasileiros que trabalham, produzem e cumprem as leis todos os dias — sem jamais invadir, saquear ou intimidar.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

